



DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso - Ano XXXII - Cuiabá/MT
DISPONIBILIZADO na Quarta-Feira, 26 de Dezembro de 2018 - Edição nº 10402

Centro Político Administrativo - CPA CEP 78050-970 Caixa Postal -1071 Cuiabá - Mato Grosso
e-mail: dje@tjmt.jus.br site: www.tjmt.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Des. Rui Ramos Ribeiro
Presidente

Desa. Marilsen Andrade Addário
Vice-Presidente

Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Corregedora-Geral



ESTRUTURA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Poder Judiciário

TRIBUNAL PLENO

Sessões: 2ª e 4ª - Quintas-feiras do mês - 14:00

Matéria Judiciária - Plenário 01

Sessões: 2ª - Quinta-feira do mês - 8:30

Matéria Administrativa - Plenário 01

Des. Rui Ramos Ribeiro - Presidente
Des. Orlando de Almeida Perri
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Sebastião de Moraes Filho
Des. Márcio Vidal
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Carlos Alberto Alves da Rocha
Des. Luiz Ferreira da Silva
Desa. Cláudio Claudino da Silva
Des. Alberto Ferreira de Souza
Desa. Maria Erotides Kneip Baranjak
Des. Marcos Machado
Des. Dirceu dos Santos
Des. Luiz Carlos da Costa
Des. João Ferreira Filho
Des. Pedro Sakamoto
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Cleuci Terezinha Chagas Pereira da Silva
Desa. Serly Marcondes Alves
Des. Sebastião Barbosa Farias
Des. Gilberto Giraldeili
Desa. Nilza Maria Póssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves Rodrigues
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Sessões: 4ª - Segunda-Feira do mês - 9:00

Des. Rui Ramos Ribeiro - Presidente
Desa. Marilsen Andrade Addário
Desa. Maria Aparecida Ribeiro

PRIMEIRA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS

REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO

Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês

Plenário 01 - 14:00

Des. Sebastião de Moraes Filho - Presidente
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Desa. Cláudio Claudino da Silva
Des. João Ferreira Filho
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Póssas de Carvalho

SEGUNDA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS

REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO

Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês

Plenário 03 - 8:30

Des. Rubens de Oliveira Santos Filho-Presidente
Des. Guiomar Teodoro Borges
Des. Carlos Alberto Alves da Rocha
Des. Dirceu dos Santos
Desa. Cleuci Terezinha Chagas Pereira da Silva
Desa. Serly Marcondes Alves

TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS

REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO

Sessões: 1ª Quintas-feiras do mês

Plenário 04 - 09:00

Des. Márcio Vidal - Presidente
Desa. Maria Erotides Kneip Baranjak
Des. Luiz Carlos da Costa
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves Rodrigues
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos

TURMA DE CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS

Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês

Plenário 02 - 14:00

Des. Orlando de Almeida Perri - Presidente
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Luiz Ferreira da Silva
Des. Alberto Ferreira de Souza
Des. Marcos Machado
Des. Pedro Sakamoto
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Des. Gilberto Giraldeili

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Sessões: Terças-feiras - Plenário 01 - 14:00

Des. João Ferreira Filho - Presidente
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Póssas de Carvalho

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Sessões: Quartas-feiras - Plenário 02 - 8:30

Des. Sebastião de Moraes Filho - Presidente
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Desa. Cláudio Claudino da Silva

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Sessões: Quartas-feiras - Plenário 01 - 14:00

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Des. Dirceu dos Santos
Desa. Cleuci Terezinha Chagas Pereira da Silva

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Sessões: Quartas-feiras - Plenário 03 - 8:30

Des. Rubens de Oliveira Santos Filho-Presidente
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Serly Marcondes Alves

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO

Sessões: Segundas-feiras - Plenário 04 - 08:30

Des. Márcio Vidal - Presidente
Desa. Maria Erotides Kneip Baranjak
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO

Sessões: Terças-feiras - Plenário 03 - 14:00

Des. Luiz Carlos da Costa - Presidente
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves Rodrigues

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Sessões: Terças-feiras - Plenário 04 - 14:00

Des. Orlando de Almeida Perri - Presidente
Des. Paulo da Cunha
Des. Marcos Machado

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Sessões: Quartas-feiras - Plenário 04 - 14:00

Des. Alberto Ferreira de Souza - Presidente
Des. Pedro Sakamoto
Des. Rondon Bassil Dower Filho

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

Sessões: Quartas-feiras - Plenário 03 - 14:00

Des. Juvenal Pereira da Silva - Presidente
Des. Luiz Ferreira da Silva
Des. Gilberto Giraldeili

SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO

Sessões: 3ª Quinta-feira do mês - 9:00

Plenário 02

Des. Márcio Vidal - Presidente
Desa. Cláudio Claudino da Silva
Desa. Maria Erotides Kneip Baranjak
Des. Luiz Carlos da Costa
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Cleuci Terezinha Chagas Pereira da Silva
Desa. Serly Marcondes Alves
Desa. Nilza Maria Póssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves Rodrigues
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Sessões: 3ª Quinta-feira do mês - 14:00

Plenário 01

Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Sebastião de Moraes Filho
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Carlos Alberto Alves da Rocha
Desa. Cláudio Claudino da Silva
Des. Dirceu dos Santos
Des. João Ferreira Filho
Desa. Cleuci Terezinha Chagas Pereira da Silva
Desa. Serly Marcondes Alves
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Póssas de Carvalho

Índice

COMARCAS	3
Terceira Entrância	3
Comarca de Sorriso	3
2ª Vara Criminal	3
Segunda Entrância	3
Comarca de Campo Verde	3
Diretoria do Fórum	3
Comarca de Vila Rica	3
Diretoria do Fórum	3
Primeira Entrância	3
Comarca de Nova Monte Verde	3
Vara Única	3

**COMARCAS****Terceira Entrância****Comarca de Sorriso****2ª Vara Criminal****Decisão**

Processo: 2380-56.2018.811.0040 (Código: 71630)

Recebido no Plantão Judiciário Regional do Recurso Forense.

VISTO/EM

Trata-se de pedido de Revogação da Prisão Preventiva, feito pela defesa dos réus SIDNEY ALVES DA SILVA e GILBERTO RIBEIRO ARRUDA, ambos devidamente qualificados nos autos;

Instado a manifestar, o MP opinou desfavoravelmente ao pedido de revogação da prisão preventiva.

É o relato do necessário. Decido.

A revogação da prisão preventiva, prevista no art. 316, do CPP, será concedida, quando não mais estiverem presentes os fundamentos da custódia provisória, in verbis:

Art. 316. O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem. (Redação dada pela Lei nº 5.349, de 3.11.1967)

Observando o que consta dos autos, entendo que ainda perduram os requisitos ensejadores da prisão preventiva. Senão vejamos.

O crime imputado aos acusados, qual seja artigo 288, parágrafo único, artigo 161, § 1.º, inciso II, artigo 148 e 155, § 4.º, inciso IV, todos do código penal e artigo 14 e 16 da Lei 10.826/2003, cuja as penas privativas de liberdade cominada é superior a 04 (quatro) anos, conforme dispõe o art. 313, I, do CPP.

Ademais, as circunstâncias, conforme expostas, desaconselham a substituição da prisão pelas medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP, eis que se mostram insuficientes para o acusado em questão.

Outrossim, convém ressaltar que não houve nenhuma alteração no quadro fático que justifique a restituição da liberdade aos denunciados, não havendo motivos para alterá-la na presente oportunidade.

Ressalto que a declaração juntada aos autos por si só se mostra insuficiente para concessão da revogação da prisão preventiva dos investigados, demandando dilação probatória para a valoração da matéria fática, pois se referem à matéria de mérito a ser discutida durante a instrução processual.

De mais a mais, ainda encontra-se presentes os requisitos da custódia cautelar, conforme exposto na decisão anterior, notadamente para a garantia da ordem pública, sendo o indeferimento do pedido medida de rigor.

Ipsis litteris:

"Permanecendo inalterado o quadro que autorizou a regular decretação da prisão preventiva do paciente, não há como prosperar a pretensão de revogação da custódia, devidamente fundamentada em indícios suficientes de autoria, gravidade do fato, periculosidade do paciente, aplicação da lei penal, conveniência da instrução criminal e, principalmente, visando resguardar a ordem pública. Eventuais condições pessoais favoráveis alegadas pelo paciente como a primariedade, residência fixa e ocupação lícita não são suficientes para a concessão da liberdade, quando outros valores e circunstâncias recomendam a manutenção da prisão cautelar. Não é possível aplicar-se o Princípio da Isonomia diante de situações fático-jurídicas inteiramente distintas TJ/MT, 2ª Câmara Criminal - HABEAS CORPUS - CLASSE I - 09 - Nº 47.646 - -2, Dr. Carlos Roberto C. Pinheiro."

EMENTA: HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. DEMAIS TESES JÁ ANALISADAS POR ESTE TRIBUNAL EM OUTRA IMPETRAÇÃO. REITERAÇÃO DE PEDIDO. NÃO CONHECER.

- Fundamentada a necessidade da manutenção da custódia cautelar do paciente não há falar em constrangimento ilegal. - Não se conhece de pleito cujo objeto constitui mera reiteração de situações anteriormente examinadas pelo Tribunal em outra impetração.

(TJMG - Habeas Corpus Criminal 1.0000.17.068442-7/000, Relator(a): Des. (a) Adilson Lamounier, 5ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 05/09/2017,

publicação da súmula em 18/09/2017)

Por ora, entendo inadequadas e insuficientes neste momento processual a revogação da prisão preventiva.

Pelo exposto, INDEFIRO o pedido de revogação da prisão preventiva formulado pela defesa dos investigados SIDNEY ALVES DA SILVA e GILBERTO RIBEIRO ARRUDA.

Publique tal decisum uma única vez no DJE para ciência e intimação do(a/s) advogado(a/s) constituído (§ 1º, art. 370, CPP) e, ainda, intime pessoalmente o(a/s) acusado(a/s) mediante mandado, carta precatória ou carta rogatória, segundo incidência das situações dos artigos 351ss, 353ss, 362ss ou 368ss do CPP.

Ciência pessoal ao membro do Ministério Público.

Promova as intimações e requisições necessárias para o cumprimento do ato.

Cumpra-se, providenciando e expedindo o necessário com celeridade.

Sorriso/MT, 22 de dezembro de 2018.

Segunda Entrância**Comarca de Campo Verde****Diretoria do Fórum****Portaria**

Portaria 56/2018-CVerde CAROLINE SCHNEIDER GUANAES SIMÕES, JUÍZA DE DIREITO DIRETORA DO FORO DA COMARCA DE CAMPO VERDE, NO USO DE SUAS

ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

CONSIDERANDO que o servidor Gilberto Alencar da

Silva Pereira, Gestor Judiciário da Secretaria da 1ª Vara desta Comarca, usufruirá 20 (vinte) dias de férias, no período de 20/01 a 09/02/2019;

RESOLVE:

Art. 1.º DESIGNAR a servidora VANESSA SILVA

TIAGO FUJII, Analista Judiciária, matrícula 12884, para exercer as funções do cargo de

Gestora Judiciária da Secretaria da 1ª Vara desta Comarca, no período de 20/01 a 09/02/2019, durante o afastamento do titular, decorrente de férias.

Art. 2º. Publique e cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Campo Verde, 19 de dezembro de 2018.

Caroline Schneider Guanaes Simões

Juíza de Direito Diretora do Foro

Comarca de Vila Rica**Diretoria do Fórum****Portaria**

PORTARIA N. 97/2018-CNPar O Doutor Ivan Lúcio Amarante Juiz de Direito e Diretor do Foro da Comarca de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, e uso de suas atribuições, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: RETIFICAR A PORTARIA DE Nº. 096/2018- CNPar, a qual NOMEOU JEFFERSON RODRIGO DOS SANTOS TRINDADE, onde se lê a partir da Assinatura do Termo de Posse e Exercício, lê-se, a partir da Assinatura do Termo de Posse e Exercício, que será assinado e editado a partir da publicação desta. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Vila Rica - MT, 20 de dezembro de 2018 Ivan Lúcio Amarante Juiz de Direito e Diretor do Foro Documento assinado digitalmente por: IVAN LÚCIO AMARANTE

Primeira Entrância**Comarca de Nova Monte Verde****Vara Única****Intimação**

Código 79412 – Autos n. 2036-26.2018.811.0091. Despacho. Vistos, etc. Considerando que a Defensoria Pública, há muito, deixou de atuar nesta Comarca, bem como o teor de certidão de fl. 199-v, nomeio o Dra. Fransiely Longhini Carlos Possamãe, inscrito (a) na OAB/MT sob o nº 19.968-O, para patrocinar os interesses dos acusados. Por oportuno, intime-se a advogada nomeada para apresentar resposta escrita à



acusação, no prazo legal, advertindo-a da sua obrigação ante a nomeação, conforme dispõe o art. 34, XII, da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da OAB). Ressalto que os honorários advocatícios serão arbitrados em momento oportuno.

Frise-se que o não atendimento aos atos do processo caracteriza abandono do processo (art. 265, do Código de Processo Penal), sujeitando a aplicação de multa correspondente a 10 (dez) salários mínimos, sem prejuízo de ofício à Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, 8ª Subseção de Alta Floresta/MT, para adoção das providências administrativas eventualmente cabíveis, ante ao abandono do processo.

Intime-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Nova Monte Verde/MT, 20 de dezembro de 2018. BRUNO CÉSAR SINGULANI FRANÇA. Juiz de Direito



DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Des. Rui Ramos Ribeiro
Presidente

Desa. Marilsen Andrade Addário
Vice-Presidente

Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Corregedora-Geral

Gestora de Diário da Justiça Eletrônico
Rosmeire de Castilho Ribeiro

Dúvidas e Sugestões:
(65) 3617-3198

E-mail:
dje@tjmt.jus.br

Site:
www.tjmt.jus.br

CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO - CPA - CEP 78050-970 - Caixa Postal - 1071
Cuiabá - Mato Grosso - FONE/FAX: (65)3617-3000 - CNPJ: 03.535.606/0001-10